

Da língua como solo e como horizonte

Augusto Santos Silva¹

1. A geografia, global, da língua portuguesa

A língua portuguesa é um dos bens culturais e políticos mais importantes do nosso tempo. Deve ser considerada nessa dupla dimensão. Como facto cultural, quer dizer, do ponto de vista das funções de expressão pessoal e de organização e verbalização do pensamento, do ponto de vista da comunicação interpessoal, do ponto de vista da imersão e socialização dentro de uma dada cultura e do ponto de vista da criação que acrescenta valor a tal cultura. E como facto político, no sentido em que é um dos principais construtores de identidade coletiva, de nacionalidade e de comunicação e afirmação internacional.

A língua portuguesa é, portanto, o quadro fundamental em que se forma e emerge a identidade de cada sujeito (“a minha pátria”, como disse Fernando Pessoa), um eixo de união entre os indivíduos e sociedades que a adotam e por aí se distinguem de outras comunidades culturais (porque, por exemplo, dela “vê-se o mar”, como assinalou Vergílio Ferreira) e uma realidade multiforme e evolutiva, reproduzida e recriada, em cada momento, por esses indivíduos e sociedades seus falantes (uma coisa “viva” e que “floresce”, como já no século XVI cantou António Ferreira).

Claro que, independentemente da sua projecção, qualquer que fosse o número dos seus cultores e a área da sua implantação, a língua portuguesa seria, como qualquer língua é, um valor em si mesma e um recurso precioso: pela língua materna começamos a ser, por ela socializamos, por ela aprendemos, por ela trabalhamos, categorizamos o mundo, convivemos e cooperamos, nela nos exprimimos. É a trave mestra da nossa organização social, designadamente enquanto constituímos uma nação e a estruturamos e consolidamos através do sistema de ensino, das instituições civis, dos símbolos e ritos de unificação. Qualquer que fosse, pois, o seu alcance, a língua materna e nacional haveria de ser estudada, preservada e difundida com especial cuidado.

Acontece, porém, que a língua portuguesa é, ao mesmo tempo, a língua oficial de vários países, cuja população excede, no seu conjunto, os 260 milhões de pessoas; e é uma língua global, que, ao invés de se acantonar numa só região, se projeta em todos os continentes.

O *Novo Atlas da Língua Portuguesa* documenta bem a irradiação da língua portuguesa, quer no presente quer quanto ao que se pode antecipar do futuro. Está entre as cinco línguas mais faladas, atualmente, em todo o mundo, e também entre as cinco mais usadas pelos utilizadores da Internet. É a terceira língua indo-europeia mais falada no mundo, a seguir ao espanhol e ao inglês; e é a primeira língua mais falada no hemisfério sul. É língua oficial em países da Europa, da América Latina, da África Ocidental, da África Austral e do Sudeste Asiático e, por via das diásporas, emprega-se sistematicamente também na América do Norte, na Ásia do Sul e na Oceania. O seu estudo e aprendizagem, como língua estrangeira, despertam o interesse de muitas dezenas de milhares de pessoas por todo o lado, tendo o

¹ Prefácio do livro “Novo Atlas da Língua Portuguesa”

mais recente inventário realizado pelo Instituto Camões, por referência ao ano letivo de 2016-2017, recenseado cerca de 200 mil estudantes, em sete dezenas de países.

Acresce que o português é uma das línguas mais dinâmicas do mundo. Quer isto dizer que é das que, proporcionalmente, mais verá crescer o número dos seus falantes e mais verá alterar-se a sua geografia. Os dados mais relevantes, a este propósito, são os dois seguintes. Por um lado, estima-se que, dos atuais 261 milhões de falantes, o português passe a contar com perto de 390 milhões, por meados do século, e talvez uns 487 milhões, no seu fim. Por cada falante atual, haverá, portanto, nessa altura, 1,9. Por outro lado, se hoje a larguíssima maioria dos falantes da nossa língua reside no Brasil (são mesmo uns quatro quintos), prevê-se que, no fim do século XXI, o número dos que a usarão em África será superior ao da América Latina, mudando assim qualitativamente a geografia e, em consequência, a variedade maioritária do português.

Também na dimensão geopolítica é inquestionável a sua relevância. Se é pertinente a distinção que aqui proponho, entre dimensão cultural e política (ambos os termos entendidos no seu sentido mais lato), é-o para assinalar que a língua não apenas representa a estrutura lógico-simbólica e o ambiente social (vivo e evolutivo) em que nos movemos, mas informa ainda a realidade que queremos construir a partir dela, ou com ela. É aqui que entra, a par do facto da inserção pluricontinental e do alcance global do português, o projeto da constituição de uma comunidade política em torno dele, e de que ele é um dos eixos essenciais, potenciando dessa forma quer a cooperação bilateral e multilateral entre os países que o falam, quer a sua afirmação e influência internacional.

Ora, a “lusofonia”², ou seja, a partilha e condomínio da língua portuguesa, é a base linguística e cultural de uma comunidade política, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ou CPLP. Esta é uma organização intergovernamental, fundada em 1996, em torno de três eixos fundamentais – a concertação político-institucional, a língua e a cooperação – que hoje integra nove países. O segundo e o terceiro eixo proporcionam, evidentemente, enormes oportunidades para o desenvolvimento de laços e atividades ao nível das sociedades civis, e é isso que vem progressivamente acontecendo, quer no trabalho entre escolas e universidades, quer na colaboração entre os poderes locais, quer nas relações económicas, comerciais e empresariais, quer no plano das organizações não-governamentais.

Uma das características mais marcantes da CPLP é a sua condição de porta de entrada em diversas regiões geopolíticas, geoestratégicas e económicas do mundo. Timor-Leste situa-se na Ásia do Sul e, no momento em que escrevo, tem em curso a sua candidatura à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Angola e Moçambique situam-se na África Austral. Angola pertence à Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos e, juntamente com Moçambique, à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Na África Ocidental, Cabo Verde e a Guiné-Bissau são ambos membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO, ou ECOWAS). S. Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial

² Não desconheço que o termo “lusofonia”, mesmo que escrito com umas aspas cautelosas, não é isento de polémica. Mas, aqui, é entendido tão neutralmente quanto possível – significando apenas essa base linguística comum que é o comunicarmos em português, isto é, partilharmos a mesma língua e nela realizarmos trocas e interações. Por isso, ela é nossa propriedade comum.

localizam-se na África Central. O Brasil é o maior país da América do Sul, e um dos fundadores do Mercosul. Portugal pertence à União Europeia. Portugal e o Brasil participam na Conferência Ibero-americana. Portugal é membro da União para o Mediterrâneo. E assim por diante.

Cada uma destas vinculações acrescenta valor à CPLP. E, inversamente, as ligações internas à CPLP acrescentam uma capacidade própria aos seus Estados-membros, na interação com as regiões e organizações regionais a que se referem. Nada disto diminui, tudo isto soma. Para ficar apenas pelo caso português: o que faz com que possamos dizer, legitimamente, que toda a África e toda a América Latina nos interessam são justamente as ligações cruzadas que a inserção mediterrânea, a aproximação à África e a cooperação ibero-americana potenciam; e isso dá uma coloração específica à nossa participação europeia, porque nos confere um papel de ponte que poucos mais Estados estão em condições de desempenhar, no Velho Continente, com tal naturalidade e agilidade; e, como outros elos homólogos nos articulam a várias partes da Ásia (ou até se poderia dizer, a toda menos a Ásia Central), não admira que, por exemplo, tenha sido sob presidências portuguesas que a União Europeia realizou as suas primeiras cimeiras com a África, com a Índia e com o Brasil.

A geografia da nossa língua não se contém, todavia, no espaço dos países que a consideram como sua língua oficial.

Em primeiro lugar, prolonga-se pelos territórios por onde se vem estabelecendo, ou vem circulando, a diáspora dos países “lusófonos”. Como o Atlas evidencia, a emigração portuguesa e a comunidade lusodescendente que ela vai formando no estrangeiro – calculada em dois milhões, se nos ativermos aos naturais de Portugal, e em cinco milhões se compreendermos todos os portadores de nacionalidade, independentemente do país de nascimento – levam o uso comum e quotidiano da língua à França, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Espanha, Luxemburgo e tantos outros países da Europa, aos Estados Unidos e Canadá, a vários países sul-americanos, à África do Sul, à Índia e à China, à Austrália ou ao Médio Oriente. A emigração brasileira (para os Estados Unidos, o Japão, a Itália, a Espanha...), moçambicana (para a África do Sul, o Zimbabué, o Malawi, a Tanzânia, a Suazilândia...), angolana (para a República Democrática do Congo, o Congo, a Namíbia, a África do Sul...) ou cabo-verdiana (para os Estados Unidos, a França, a Holanda...) faz outro tanto³. Há cerca de 1,5 milhões de naturais do Brasil a residir no estrangeiro, 650 mil moçambicanos, 440 mil angolanos, 180 mil cabo-verdianos. A diáspora da “lusofonia” reforça o valor global da “lusofonia”.

Em segundo lugar, as várias comunidades que, na Ásia, falam português – e realizaram em junho de 2016, em Malaca, o seu primeiro Encontro – alimentam a sua presença ou o seu eco em países como a Malásia ou a Indonésia.

Em terceiro lugar, o interesse que despertam a nossa língua e o seu potencial de articulação inter-nacional tem formas de tradução tão expressivas como a aproximação crescente de

³ Além disso, o facto de Portugal ser o primeiro destino da emigração de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, o terceiro destino da emigração do Brasil e de Angola e o quarto da de Timor-Leste, ao passo que o Brasil é o quarto destino da emigração de Portugal e Angola é o segundo destino da emigração de São Tomé e o quinto da de Cabo Verde, constitui outro importante motor de interação entre as diversas variedades do língua portuguesa e, portanto, de intensificação do seu dinamismo.

outros países à CPLP e a integração, por esses ou outros, do ensino do português como língua estrangeira na sua escola secundária. Assim, são, à data em que escrevo, Observadores Associados da CPLP a Geórgia, a Ilha Maurícia, o Japão, a Namíbia, o Senegal e a Turquia; e são candidatos a esse estatuto Estados tão diversos como a Costa do Marfim, a Croácia, a Eslováquia, Marrocos, a República Checa, a Ucrânia, o Uruguai ou a Venezuela. Por outro lado, países vizinhos de Estados da CPLP, como a Espanha, o Senegal, a Namíbia ou o Uruguai consideram a nossa língua como parte do seu currículo de ensino secundário.

Nem mesmo este quadro mais amplo consegue completar a geografia da língua portuguesa. É preciso ainda atender à proximidade entre o português e o espanhol. Juntos, formam o maior bloco linguístico indo-europeu, com atualmente perto de 700 milhões de falantes nativos. Há uma base objetiva para tal proximidade, que é a intercompreensão dos seus falantes (uma intercompreensão específica, mesmo no âmbito da mais geral intercompreensão românica). Mesmo sem aprendizagem formal da outra língua, os falantes de ambas conseguem comunicar entre si. Não é menos decisivo, porém, o projeto cooperativo contido, efetiva e virtualmente, na Conferência Ibero-americana e, em particular, na sua organização para a educação, ciência e cultura (a OEI). Mais uma vez, o facto político tem valor em si próprio – um imenso valor. É a presença de Portugal e do Brasil – e, portanto, do português – que faz da Conferência Iberoamericana um quadro mais largo do que a “hispanidade”. E é a copresença de duas línguas e de dois continentes que sugere um campo de ação e influência que desafia as tradicionais mas crescentemente obsoletas divisões entre o Norte e o Sul.

2. O valor, plurifacetado, da língua portuguesa

A língua portuguesa é pluricontinental e policêntrica. Sendo a mesma língua, é falada e escrita de formas diferentes, correspondendo a histórias, patrimónios, vizinhanças linguísticas, estruturas gramaticais, pragmáticas, referências culturais e usos sociais diferentes. Compreende, pois, múltiplas variantes; é uma realidade dinâmica e multiforme. Todas as variantes dispõem de igual valor. Não há um “centro” para a língua portuguesa; ela não possui só uma norma-padrão, nem ninguém pode, sobre ela, invocar direitos especiais de propriedade. É essa língua ampla, viva e pluriforme que é falada por 260 milhões de pessoas e que será falada por cada vez mais pessoas, em todo o mundo.

Estas afirmações, aqui apresentadas de um modo talvez demasiado taxativo (mas, para uma discussão mais técnica, nem o lugar nem o autor são adequados), são absolutamente indispensáveis, se quisermos compreender bem o valor, presente e futuro, da nossa língua. Ela não é a “língua dos portugueses”, mesmo que sob a forma travestida de uma noção de lusofonia a que sub-repticiamente se atribuisse tal conteúdo normativo; ou a língua que, por já “ter sido” dos portugueses, seria responsabilidade primária deles acarinhar. Também *não* é a língua dos brasileiros, muito embora sejam quase quatro quintos dos seus falantes atuais. Nada disso. A língua portuguesa é de angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, portugueses, são-tomenses, timorenses, e pode vir a ser de equato-guineenses, se tal for o seu real propósito – e os leitores notarão que a única ordem usada, para a enumeração, foi simplesmente a alfabética.

O valor mais fundo da língua portuguesa aqui reside, na enorme riqueza da sua projeção, da sua

variedade e policentrismo, da sua natureza viva e dinâmica. Sobre esta se fundam todas as outras dimensões de valor. O valor propriamente linguístico, vista a complexidade e sofisticação da história e da estrutura do português, e o modo como se articula com a família das línguas românicas e, para além dela, com o conjunto das línguas indo-europeias; havendo evidentemente também de estudar-se e apreciar-se o diálogo que no passado e no presente tem mantido com as línguas africanas, asiáticas ou indígenas da América do Sul que tem encontrado. O valor cultural e literário, como língua culta que é, matéria e objeto do trabalho criativo, que a língua portuguesa é ao mesmo tempo a base e o resultado das literaturas que nela se exprimem, e o que é hoje, nesse plano como, mais indiretamente, no uso comum, deve-se também ao modo como os escritores a afeiçoaram e transformaram, do Padre António Vieira a João Guimarães Rosa, ou de Luandino Vieira a Mia Couto⁴. O valor identitário, eixo da socialização dos seus falantes, quer para a primeira infância e nos círculos primários de famílias, parentelas e vizinhanças, quer na socialização dita secundária nas instituições e nos sistemas públicos nacionais. O valor comunicacional, como meio de expressão e interação, seja enquanto língua materna partilhada, seja enquanto língua franca. O valor económico, estimado a partir da contribuição para a produção da riqueza nacional e que, para Portugal, foi recentemente calculado, pela equipa dirigida por Luís Reto, em 17% do Produto Interno Bruto⁵. O valor estratégico, vista a já assinalada forma como os países que a consideram sua se situam no mundo e se relacionam com os seus diversos centros e regiões.

Entretanto, a riqueza da língua portuguesa não se vê apenas por este desdobramento de dimensões de valor. Também no plano, digamos assim, funcional se apercebe.

O português é a única língua materna de muitos milhões de pessoas, na Europa, em África ou na América. É língua segunda para um número considerável de outros falantes, por exemplo em Cabo Verde ou Timor-Leste. Em países como Angola ou Moçambique, funciona como a língua nacional em que convergem falantes com múltiplas línguas maternas, algumas dificilmente comunicáveis entre si. Na diáspora, o português representa certamente a língua materna de toda a primeira geração e de parte da segunda geração dos emigrantes, mas também é a chamada língua de herança, cuja aprendizagem e uso não apenas facilitam a comunicação entre gerações mas também, e sobretudo, asseguram a ligação simbólica, afetiva e prática entre a comunidade vivendo no estrangeiro e a sua terra e nação de origem, assim cumprindo uma função identitária e integradora da maior relevância. Constitui, enfim, a língua de cultura e comunicação que um número crescente de indivíduos, num número crescente de países, aprende e emprega como língua internacional, estrangeira para eles, mas necessária ou útil, seja para os negócios, seja para a profissão, seja para o turismo, seja para a formação, seja para o enriquecimento e deleite pessoal.

Em todos estes planos, como língua materna, como língua segunda, como língua nacional, como língua de herança ou como língua internacional de cultura e comunicação, o português tem valor – e é também o conjunto destes planos que faz dele uma das línguas vivas globais do nosso tempo.

⁴ Citados aqui apenas como exemplos, e pela sua contribuição específica para o trabalho de transformação criativa da língua.

⁵ Cfr. Reto, Luís (coord.), *Potencial económico da língua portuguesa*, Alfragide: Texto Editora, 2012.

3. Os desafios, difíceis, da língua portuguesa

A energia, coerência e projeção do discurso público formam uma dimensão incontornável da política. Mas uma política que se esgotasse nela quedar-se-ia por um registo meramente proclamatório. É preciso identificar também os desafios, conhecer e enfrentar os problemas, não ignorando nem desvalorizando o seu nível de dificuldade.

No que importa às políticas públicas para a língua portuguesa, o primeiro desafio reside na própria maneira como a representamos – como pensamos e dizemos o que ela é, o que ela vale e o que podemos fazer dela.

Talvez seja este o desafio mais decisivo e o mais complexo. Tem diretamente a ver com o modo como articulamos história e vontade.

Já sugeri que a ausência de ligação equilibrada entre história e vontade pode ser muito perniciosa para uma política eficaz da língua. Não vale a pena tentar ignorar ou depreciar a história, porque ela existe por si e os seus efeitos são duradouros. E ela diz que existe, sim, uma língua portuguesa, falada por centenas de milhões de pessoas, una na sua diversidade e constituindo um poderoso e consolidado fator de aproximação entre diferentes povos e culturas. Mesmo que custe, circunstancialmente, a este ou aquele círculo profissional, académico ou político, a comunidade linguística prolonga-se em outros relevantes domínios de organização social. Talvez a palavra “lusofonia” pareça demasiado carregada de conteúdos remetendo para tentações hegemónicas; mas talvez também possa ser utilizada de modo mais positivo, e como uma expressão simples e cómoda dessa identidade linguístico-cultural. De qualquer maneira, o certo é que todos aqueles que, periodicamente, sonham ou mesmo propõem o “desfazer” de tal identidade enfrentam a resiliência dela, alicerçada na história.

E, todavia, a língua não é apenas da ordem da herança e património. Não basta proclamar a sua força em discursos e cerimónias, nem ela merece ser diminuída como a flor que se oferece quando nada mais se quer fazer ao Outro, ou com o Outro. A história sem vontade não salvará a língua portuguesa – repito, não salvará. E vontade quer dizer agenda e ação política, intervenção concertada e monitorizada, ou seja, política pública. Entendida apenas como herança, a língua não ultrapassará os múltiplos problemas que enfrenta, nem aproveitará a maior parte das oportunidades de que dispõe. O primeiro desafio a vencer parece-me ser, portanto, a boa articulação entre a valorização da história e a formação da vontade, base fundadora de políticas públicas adequadas e efetivas.

O segundo decorre diretamente da caracterização do português como língua policêntrica e pluricontinental, que se realiza em diversas variedades linguisticamente equivalentes. Pois se assim é, as formas, conteúdos e agendas das políticas públicas para a sua promoção hão de ser também múltiplos e diferenciados.

É um erro, infelizmente comum, pensar-se que todos os falantes estão nas mesmas condições de aprendizagem e utilização. É um erro ainda maior insinuar-se que o problema se resumiria a diversos níveis de “atraso” ou “avanço” no domínio da língua, como se se tratasse de uma hierarquia unilinear de realizações comparadas.

Se quisermos referir-nos, por método, apenas às escalas nacionais, é preciso ter presente que todos, insisto, todos os países “lusófonos” fazem face a questões de dimensão mais ou menos estrutural. As circunstâncias da ocupação indonésia determinaram, em Timor-Leste, que pelo menos uma geração não tivesse disposto de aprendizagem escolar básica do português. A relação desta língua com as línguas locais e o tétum em Timor-Leste ou com o cabo-verdiano em Cabo Verde, é complexa; e requer intervenções ao mesmo tempo sistemáticas e prudentes. O português pode ser mais bem entendido, como em Cabo Verde, como uma segunda língua da comunicação escolar, administrativa e literária. O valor do português como língua nacional, e propriamente oficial, típica dos sistemas de socialização e gestão do Estado, parece indiscutível em Angola e Moçambique, cuja diversidade e difícil intercomunicabilidade das diferentes línguas locais exigem esse esforço de generalização de uma língua nacional. O facto de constituírem duas sociedades de forte crescimento demográfico faz delas navios-almirante da dinâmica do português, e isso deve ser bem considerado. Mesmo assim, em Moçambique o português não está imune à influência do inglês falado no entorno regional; e coisa análoga pode ser dita quanto aos países “lusófonos” da África Ocidental, face à “francofonia”, ou quanto a Timor-Leste, face ao *bahasa* indonésio. O português como terceira língua oficial da Guiné Equatorial é, por enquanto, uma intenção e um projeto; a sua concretização exige um programa sistemático de ensino básico. A possibilidade de uma “deriva” da variante brasileira face à europeia e africana, de tal dimensão que poderá colocar em causa o mínimo de intercompreensão indispensável à unidade linguística, é um risco real, que as políticas públicas dos países e a cooperação multilateral na CPLP não devem ignorar. Analogamente, a evolução do português oral falado em Portugal, por exemplo “fechando” as vogais pré tónicas quase até à eliminação fonética delas, representa um risco de incompreensão que só convívio e a troca frequentes entre os diferentes povos falantes da nossa língua pode ajudar a ultrapassar.

Estes e outros desafios têm de ser geridos em três planos complementares, que me limitarei a enumerar.

Um é o plano de investigação científica, desde logo linguística, formal e pragmática, gramatical e discursiva (quero dizer: não só sobre a língua-em-norma como também na língua-em-uso).

Outro é o plano da padronização, certamente respeitadora da diversidade estrutural das variantes e da realidade viva, autopoietica e evolutiva da língua, mas ainda assim indispensável. Nele se inscreve a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990, mas também vários outros instrumentos de unificação e regulação, como vocabulários e terminologias.

O terceiro plano é naturalmente o ensino e, em particular, a formação de professores do ensino básico e secundário. O ensino do português como língua materna, como língua segunda, como língua de herança e como língua estrangeira exige logicamente aproximações diferenciadas, se bem que articuladas. Ser a única língua materna ou uma das línguas maternas, ser a língua nacional de um país com várias línguas maternas ou ser a língua dos pais, ouvida em casa mas já não utilizada como a língua da formação escolar, são realidades distintas, que pedem processos próprios de ensino e aprendizagem.

4. As tarefas, diversas, para a promoção da língua portuguesa

Se me demorei nos desafios que se colocam à língua portuguesa, foi porque creio que uma consciência clara deles é essencial para fundar políticas públicas pertinentes e exequíveis. A proclamação, o panegírico e o discurso que se limita a repetir dois ou três estereótipos ou palavras de ordem, por mais mobilizadoras que sejam, servem para muito pouco, tendo aliás o efeito contraproducente de criar uma ilusão de suficiência e facilidade. Não chega, por conseguinte, dizer que a língua portuguesa é uma das mais faladas, em todos os continentes e com enorme potencial económico. Tudo isso é verdade, como são reais as dificuldades que a sua difusão enfrenta, quer nalguns países lusófonos, quer fora deles. Cada caso é um caso e requer uma estratégia cuidada, coerente e duradoura. Também corremos riscos, e também, neste ou naquele país e neste ou naquele círculo, ocorrem indiferenças, erros de conceção, desinvestimento na atuação, regressões.

A consciência dos recursos e dos desafios, do valor e dos bloqueios é que nos permite avançar com segurança. Percebendo quais são as tarefas e os agentes que as podem realizar, identificando, pois, os planos e programas de ação em prol da língua comum. Terminarei com um esboço do seu enunciado.

No quadro da CPLP, de que a língua é, como já escrevi, uma dimensão central, os instrumentos principais de que dispomos são o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde, e os planos de ação sucessivamente aprovados em Brasília, em 2010, e em Lisboa, em 2014. Embora muito limitado pela afluente falta de recursos, decorrente da dificuldade de vários Estados-membros em satisfazer com regularidade os seus compromissos de financiamento, o IILP já tem um acervo interessante de realizações e representa um ativo que se deve rentabilizar. A Nova Visão Estratégica da CPLP, a aprovar pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de Brasília de 2016, concede-lhe uma prioridade que surgirá concretizar. A sua utilidade para os diversos níveis de intervenção, das terminologias e vocabulários à formação à distância, parece-me por demais evidente.

O trabalho dos institutos nacionais de língua e cultura é também decisivo. Referir-me-ei, naturalmente, apenas ao instituto português, o Camões – Instituto para a Cooperação e a Língua (CICL). Na sua missão e na ação presente, assinalo pelo menos dez importantíssimos níveis e instrumentos de consolidação e difusão da língua portuguesa. Em vários, como se verá, a cooperação com outras entidades da administração direta, indireta ou autónoma do Estado ou com a sociedade civil é o que faz a diferença.

Em primeiro lugar, o apoio à formação de professores de português como língua materna, língua segunda e/ou língua nacional, que por sua vez é uma das formas mais produtivas de apoiar os diferentes países de língua portuguesa (se e quando entendam necessário tal apoio) a desenvolver os seus sistemas de educação básica e secundária. Uso a palavra formação no sentido mais vasto, compreendendo bolsas, cursos, materiais pedagógicos, bases de dados e plataformas de informação, etc.

Em segundo lugar, a garantia da existência de uma rede transnacional de ensino do português como língua de herança, dirigida primacialmente às comunidades portuguesas residindo no

estrangeiro⁶, não numa lógica de fechamento delas à interação com os sistemas de ensino das sociedades de acolhimento mas, pelo contrário, favorecendo essa interação. Esse é, aliás, o sentido da declaração conjunta assinada, em junho de 2016, pelas autoridades francesas e portuguesas e do programa que ela abre de gradual transição do português do chamado sistema de ensino da língua e cultura de origem (na sigla gaulesa ELCO) para o ensino internacional de línguas vivas (EILE). A garantia cumpre-se pela provisão direta da rede por parte do Camões, ou pelo acompanhamento e apoio das escolas autonomamente criadas e geridas por associações ou comunidades locais.

Em terceiro lugar, a aposta-chave da integração do português como língua estrangeira nos currículos de ensino pré-superior no maior número possível de países, em vários continentes, como já hoje acontece na Espanha, na Bulgária, na Roménia, na República Checa, na Hungria ou em Itália, no Senegal, na Namíbia ou no Uruguai. A este respeito, igualmente decisiva é a futura credenciação das competências em língua portuguesa para a progressão de estudos superiores, designadamente nos Estados Unidos.

Em quarto lugar, o desenvolvimento da rede de cátedras, leitorados, centros de língua e cultura e outras modalidades de presença, como licenciaturas ou pós-graduações, ou como unidades e segmentos curriculares de outros cursos, dos estudos superiores em língua portuguesa e/ou culturas de língua portuguesa.

Em quinto lugar, o incremento sistemático da oferta de cursos de português, de dimensão e nível variado, para fins específicos, da administração pública aos negócios, do turismo à cooperação para o desenvolvimento, recorrendo também mais intensamente às tecnologias e plataformas digitais e aos métodos de educação à distância, mas sempre com certificação dos manuais, da qualificação dos professores e das aprendizagens e competências dos formandos.

Em sexto lugar, a promoção do português como língua internacional e utilizada ou utilizável em organizações internacionais. Já hoje ele é língua oficial ou de trabalho em 32 destas organizações, incluindo entidades tão estratégicas como a União Europeia e a União Africana, a Conferência Ibero-americana, a CEDEAO e a SADC, para além de várias agências e organismos das Nações Unidas. Mas o objetivo de tornar o português numa das (hoje, seis) línguas oficiais das Nações Unidas deve permanecer prioritário para todos os países que partilham a nossa língua. A qualificação de tradutores e intérpretes em português é, neste contexto, incontornável.

Em sétimo lugar, a cooperação em língua portuguesa e entre os países de língua portuguesa. Quanto mais central for o eixo da educação e formação na cooperação, quanto mais ela apostar na capacitação dos recursos humanos e da estrutura de quadros e profissionais e quanto mais aproveitar, para isso, o valor literário e comunicacional do português, melhor será para sustentar os resultados da cooperação e, portanto, os ganhos em desenvolvimento apropriado pelas sociedades respetivas. E mais aumentarão a força e a projeção da nossa língua.

⁶ Digo “portuguesas” por causa do âmbito das minhas considerações nesta secção. Mas não devemos ignorar os inúmeros alunos provenientes de outros países da CPLP que frequentam (e bem!) as aulas de português, língua de herança, em vários países de vários continentes.

Em oitavo e antepenúltimo lugar, a internacionalização da língua que vem associada à internacionalização do ensino superior português realizado em língua portuguesa e da ciência comunicada também na nossa língua. Ninguém diz que as universidades, os politécnicos e os laboratórios portugueses, os professores e os cientistas, devam retroceder agora no uso das línguas francas, e desde logo o inglês, na produção, transmissão e divulgação de conhecimento. Isso seria de um provincianismo sem sentido. Não é menos paroquial, contudo, a reverência face à língua inglesa, como se ela fosse o substituto universal de todas as outras e a única língua culta do nosso tempo. O português já é hoje a quinta língua mundial em número de utilizadores da internet; é crucial desenvolver políticas de que resulte o aumento dos conteúdos disponíveis na nossa língua, nas várias plataformas e redes digitais, como é essencial incrementar as publicações científicas em português e o ensino em português, em Portugal ou noutros Estados “lusófonos”, e também noutros países, para estudantes estrangeiros.

Em nono lugar, a estruturação da ação cultural externa. A língua é uma das matérias e suportes fundamentais das artes, da literatura e do teatro ao cinema e ao multimédia, assim como das indústrias criativas e de entretenimento, como, de novo, o cinema e a televisão. Também a imprensa tem aqui um valor inesgotável. Língua e cultura são realidades cruzadas, de tal modo que é difícil separá-las, mêm mo que só conceptualmente. Por tudo isto, a convergência das (felizmente múltiplas) entidades que promovem a ação cultural externa em português ou referida ao património e às artes portuguesas, o interconhecimento sobre o que fazem (que tantas vezes falta), a articulação das ações e apoios de modo a construir progressivamente programas fortes de promoção cultural global, são também instrumentos decisivos para consolidar e rentabilizar o valor da nossa língua.

Estes nove planos confluem, entretanto, para um décimo, que autonomizarei, não apenas em tributo da tradição dos números redondos mas sobretudo porque ele me parece ser mesmo o fecho da abóboda. Refiro-me à colaboração do Camões com os seus congéneres de outros países, dentro e para além da “lusofonia”, e com todos os agentes que já hoje valorizam, por sua iniciativa e no seu interesse próprio, a expressão e o que se exprime em português. Falo das universidades e outros institutos superiores que por quase todo o mundo oferecem crescentemente cursos ou unidades curriculares em estudos portugueses, ou organizam grupos e departamentos; das instituições e intermediários culturais que consideram as nossas culturas como de mérito e relevância para as respetivas missões; dos públicos, específicos ou enéricos, que procuram uma formação mais ou menos básica ou mais ou menos avançada, porque entendem que isso é útil para a sua vida profissional ou social, para a sua realização pessoal, para lazer ou para cobrir esta ou aquela necessidade mais ou menos imediata e temporária.

Servi-me do Instituto Camões como um exemplo, para procurar explicar a variedade e a complementaridade dos instrumentos e agências (em sentido sociológico) de que dispomos, para difundir e valorizar a língua portuguesa. Fi-lo em obediência aos naturais limites da minha pronúncia, que só o Camões cabe na minha superintendência e direção política. Mas espero que este simples, rápido e limitado exercício tenha demonstrado, eloquentemente, como o atlas mundial da língua se compõe, verdadeiramente, de dois atlas. Sendo o mapeamento da presença da língua, ancorada na história e no presente, ele é a identificação do mais firme solo

que, como pessoas e comunidades, podemos pisar. Ao mesmo tempo, é a referência das iniciativas e das parcerias em curso, ou possíveis, para tirar todo o partido do valor da língua e acrescentar-lhe, pela ciência, a cultura, a comunicação, as relações internacionais, a economia ou o lazer, novos horizontes, isto é, novo valor.

E não são estes dois conjuntos que fazem o Atlas da Língua Portuguesa?

Lisboa, 5 de outubro de 2016